

GT 7. Feminismos, sexualidades e marxismos na América Latina

As mulheres na Comuna de Paris: de coadjuvantes a protagonistas

Jaqueline Andrade*

Resumo: O artigo tem o objetivo de discutir o lugar e o papel desempenhado pelas mulheres na revolução de 1871 em Paris - a Comuna de Paris. Trata-se do primeiro processo revolucionário da história que resultou na experiência de um governo proletário, mesmo que de forma curta. Partimos do pressuposto que a importância das mulheres na organização da luta dos trabalhadores fica evidente no papel desempenhado por elas nos acontecimentos da Comuna. Não obstante a importância crescente das mulheres nos processos da luta de classes, nem sempre essa importância tem sido investigada apropriadamente. É neste sentido que se insere este artigo, procurando oferecer uma singela contribuição ao problema. A exposição desenvolve-se da seguinte maneira: inicia-se com breve análise da Comuna, depois do papel das mulheres para o desenvolvimento desses fatos e, por fim, analisa aquela que pode ser considerada como uma das mais destacadas representantes da participação das mulheres na Comuna: Louise Michel.

Palavras-chaves: Comuna de Paris; Movimento de Mulheres; *Louise Michel*.

Introdução

A Comuna de Paris foi à primeira experiência autêntica de um governo efetivamente proletário. Mas talvez seja equivocado referir-se a ela como um "governo". Na verdade, desde logo os *communards* compreenderam que não poderiam sustentar um governo proletário sobre uma estrutura estatal burguesa. A Comuna foi obrigada então a destruir o Estado democrático de tipo liberal, com suas instituições burguesas – exército permanente, aparelho burocrático, aparato jurídico-político etc. –, para colocar em seu lugar um novo tipo de Estado, que fosse funcional às necessidades e interesses da classe proletária. A compreensão de que o Estado burguês não poderia servir ao proletariado num processo de luta de classes aberto, ou seja, de que não bastava ao proletariado tomar o Estado, mas que deveria reestruturá-lo completamente, esta é precisamente a maior contribuição

* Graduanda em Ciências Sociais (UEL) e pesquisadora do GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina. Bolsista do Cnpq. Contato: jake__andrade@hotmail.com.

da Comuna de Paris ao movimento revolucionário proletário. Já de imediato, Marx e Engels atentaram para essa questão, generalizando-a teoricamente como condição fundamental para o estabelecimento de uma ditadura do proletariado. Engels afirmou, vinte anos depois: "Bem, senhores, quereis saber que rosto tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado." (*Engels in MARX*, 2008c: 355 p.355). A Comuna, portanto, representa a primeira tentativa histórica de se construir um Estado proletário, condição necessária para a ascensão da classe trabalhadora ao poder.

O proletariado parisiense, ao assumir o poder, mesmo por um curto período de tempo, organiza um novo tipo de Estado e um modo diferente de dirigir a sociedade. Demonstrou na prática a possibilidade de construção de uma nova sociedade, sem exploradores e explorados; e regou com seu próprio sangue os caminhos que conduzem ao socialismo. (COSTA, 1998, p.102)

Como expressão do desenvolvimento do processo da luta de classes na França, a Comuna nasceu de modo relativamente espontâneo, sob a pressão das condições sociais e históricas pelas quais atravessava a Europa em geral, e a França em particular.

"As condições de vida da população de Paris [...] agravam-se aceleradamente. O abastecimento não é realizado com regularidade e os produtos desaparecem, permitindo a proliferação de especulação e câmbio-negro. Os preços atingem cifras astronômicas. Em janeiro de 1871, as reservas de farinha chegam ao fim e é imposto um racionamento. A ração é reduzida ao mínimo e, mesmo assim, para obtê-la, mulheres, crianças e idosos são obrigados a permanecer em filas desde a madrugada, enfrentando grande frio, lodo e barro, sem qualquer tipo de agasalho." (COSTA, 1998, p.57)

Se não fosse pela derrota dos exércitos de Napoleão III ante o poderio alemão, talvez a insurreição popular que explodira em Paris, a 18 de março de 1871, nunca teria acontecido. Foram precisamente os acontecimentos políticos ligados à guerra franco-prussiana que desvelaram o caráter burguês do Estado francês, desencadeando o processo revolucionário que colocou o proletariado de Paris frente à grande burguesia e aos proprietários de terra. Após a derrota para os prussianos, tudo o que restava para a burguesia francesa alojada no Estado – fossem eles monarquistas ou republicanos conservadores – era capitular diante de Bismarck, de modo que só assim poderiam permanecer no poder. Diante dessa posição do Governo de Defesa Nacional, o proletariado de Paris não teve outra escolha senão aproveitar o momento propício – uma vez que haviam sido armados durante o cerco

em Paris – para se rebelarem. Por sua vez, Thiers e todo o Governo Provisório, refugiados agora em Versalhes, não tiveram outra escolha senão buscar a proteção daqueles que até poucos meses atrás haviam sido os inimigos da pátria. Como Marx bem percebeu, o esforço de Thiers junto a Bismarck para que este libertasse o exército francês feito prisioneiro após a derrota em setembro de 1870, e a aceitação por parte de Bismarck, deixam bem claro o caráter classista de seus governos, assim como a grande ideologia – de resto, hostil aos trabalhadores – de uma alma nacional, de Estados nacionais. As classes burguesas, quando se vêem ameaçadas pelo espectro do socialismo, rompem com seus limites nacionais para solidarizarem-se mutuamente. O governo de Thiers deixou isso evidente.

Em 18 de março de 1871, após a tentativa em vão de Thiers para desarmar a Guarda Nacional, o proletariado em armas se revolta em Paris, institui um governo provisório, o qual, dez dias depois, se transformaria na Comuna de Paris.

"Habitantes de Paris, o governo está decidido a agir em vosso interesse. Que os bons cidadãos se separem dos maus: que ajudem a força pública. Estarão prestando serviço à própria República." (LISSAGARAY, 1991, p.81)

A necessidade de se constituir um Estado de novo tipo, distinto do Estado burguês (republicano ou monárquico), levou os *communards* a realizarem experiências sociais e políticas de grande importância para o movimento proletário como um todo. Da Comuna se extraíram ensinamentos que foram essenciais para as experiências socialistas futuras, como a Revolução Russa de 1917, por exemplo.

Se o movimento era predominantemente composto pela classe proletária de Paris, e expressa efetivamente o desenvolvimento da luta de classes na sociedade capitalista, ideologicamente havia pelo menos três grandes correntes teóricas que norteavam a Comuna: neojacobinos, blanquistas e internacionalistas, sendo que estes últimos se subdividiam entre proudhonianos, bakunianos e marxistas. Entre os internacionalistas, os marxistas eram, numericamente, minoritários. Os neojacobinos, por sua vez, constituíam a maioria do Conselho Geral da Comuna (34 membros), seguidos pelos internacionalistas (26) e, finalmente, pelos blanquistas (11). Há de se levar em conta ainda, segundo Machado (dez. 2010/jun. 2011, p.58), que havia 10 membros que, pelos dados disponíveis, não se sabe determinar a filiação ideológica.

A participação da Internacional dos Trabalhadores no levante foi apenas indireta, pela atuação de alguns dos seus membros, majoritariamente proudhonistas. Marx acompanhou apenas de fora os acontecimentos. Entretanto, sua análise sobre o movimento, feito no calor dos acontecimentos, é obra primorosa e representa a generalização teórica desse processo histórico que não encontrou paralelo posterior.

Graças ao desenvolvimento econômico e político da França a partir de 1789, a situação de Paris tem sido tal há cinquenta anos, que era impossível estalar nessa cidade uma revolução qualquer que não revestisse um caráter proletário, isto é, sem que o proletariado, que havia comprado a vitória com seu sangue, surgisse após a vitória com as suas reivindicações próprias. Essas reivindicações eram mais ou menos obscuras e mesmo confusas, variando em cada período segundo o grau de desenvolvimento dos operários parisienses, mas o objetivo final era sempre a supressão dos antagonismos de classe entre capitalistas e operários. (ENGELS, 1977, p. 158).

Em 1870 as tropas prussianas ocupam a França derrotada na guerra. Com a queda do Império e o enfraquecimento do Governo de Defesa Nacional, a desorganização tomou conta do país, dando assim espaço para a população proletária se sublevar. Os operários de Paris passam a pressionar e exigir armas a população, pois a Guarda Nacional era constituída por burgueses. Assim o governo provisório se vê obrigado a organizar outros batalhões – estes constituídos predominantemente por proletários, armando assim a população de Paris. Desta forma o proletariado organiza-se politicamente e passa a reivindicar liberdades e democratização do poder.

A importância e atualidade da Comuna de Paris são fundamentais para entendermos as experiências revolucionárias, pois é essencial compreender que é um direito lutarmos por liberdade. A revolução só é possível se for transformada por completo as condições econômicas, sociais, políticas, culturais, que mostram as contradições do desenvolvimento das sociedades. Para isso é necessário que a população entenda que não é admissível continuar vivendo sob a ordem existente e que é possível transformá-la.

A revolta da população frente às tropas que ocupavam a França transforma-se em uma revolução social, que marca a história com heroísmo e sangue. O Governo Provisório (Versalhes), formado majoritariamente por monarquistas e republicanos, que vacilavam diante dos termos de paz propostos pelos invasores,

força as classes populares a se posicionarem diante da situação, e, uma vez armados, a se colocarem contra o Governo Provisório.

Assim é iniciada a organização do proletariado, independente do Governo Provisório. É neste contexto que surgem lideranças proletárias entre as classes trabalhadoras.

A participação das mulheres na Comuna de Paris

No que se refere à questão da participação e do papel das mulheres nos movimentos sociais populares em geral, bem como nos de caráter especificamente proletário, este surgido com a consolidação do modo de produção capitalista em meados do século XIX, é interessante notar que, a despeito da efetiva e inquestionável importância da ação feminina dentro desses movimentos, os esforços teóricos no sentido de compreender a fundo tal questão foram relativamente poucos e insuficientes (COSTA, 2012). É justamente na experiência histórica da Comuna de Paris, a primeira revolução na história moderna que se pode qualificar como especificamente proletária (BOITO JR., 2011; MARX, 2008; VIANNA, 2011), que podemos apreciar a enorme importância que as mulheres tiveram e – não seria equivocado acrescentar – têm nos movimentos sociais populares e no desdobramento de processos históricos revolucionários. Com efeito, as mulheres da Comuna mostraram-se valorosas combatentes. Desde o momento inicial da Comuna, quando o proletariado de Paris, armado dentro da Guarda Nacional, sublevou-se contra o Governo de “Traição” Nacional (como alcunharam-no os trabalhadores), incitados pela tentativa deste de roubar as peças de artilharia da Guarda Nacional em Montmartre; até os últimos fatos da Comuna, a chamada Semana Sangrenta, quando as tropas do governo de Thiers, havendo tomado Paris, massacraram os *communards* em batalhas nas ruas (BARSOTTI, 2002); do começo ao fim da Comuna de Paris, portanto, as mulheres não só estiveram presentes como, mais do que isto, estiveram mesmo na linha de frente.

Não é a toa que o símbolo da República Francesa foi concebido por uma mulher. De fato, a França é caracterizada por sua tradição da presença e participação feminina nas lutas políticas.

Resgatando um pouco da história, podemos perceber que com a produção artesanal se expandindo pela Europa, produzidas principalmente pelas mulheres, desenvolve-se a indústria têxtil. Assim, juntamente com a proletarização das mulheres, surgiu uma oposição antagônica entre a casa e a fábrica, os valores tradicionais e a modernidade imposta pelo capital, arrasando todos os costumes e valores existentes. Isso levou as mulheres a se organizarem nos locais de trabalho, participarem de sindicatos e clubes políticos, ou seja, a se mobilizarem politicamente.

No período da Comuna de Paris, as mulheres já tinham uma extensa tradição de participações em lutas revolucionárias. Ou seja, as mulheres das classes trabalhadoras já não estavam mais isoladas em suas casas pelo trabalho doméstico, mas tinham o conhecimento da luta social e política coletiva.

Em 18 de março de 1871, as mulheres foram as primeiras a dar o alarme de que as tropas do governo tentaram retirar as armas das colinas de Montmartre e desarmar Paris. Se puseram diante das tropas e impediram que as armas fossem retiradas, chamando o proletariado e a Guarda Nacional para defender a cidade. (D'Atri, 2011).

O primeiro governo operário e popular da história estabeleceu a separação entre Igreja e Estado e todos os bens da Igreja foram decretados de propriedade nacional; anulou todos os funcionários do governo anterior; os parlamentares não receberiam mais do que o salário médio de um trabalhador; eliminou o exército regular e o substituiu pelo povo armado; acabou com os pagamentos de aluguel e, por fim, anunciou a igualdade de direito para as mulheres, ainda que não tenha instituído, de fato, o sufrágio universal: apenas os homens podiam votar.

Nos combates sangretos que marcaram a Comuna via-se muitas mulheres na linha frente. Elas participaram corajosamente dos combates, com armas em mãos, combatendo contra as tropas francesas e as prussianas. Como parte da tradição do trabalho feminino, as mulheres ficaram encarregadas de confeccionar uniformes, cuidar dos feridos, dar assistência logística aos soldados no campo de batalha. Até mesmo os sacos usados na construção das barricadas foram confeccionados por elas.

Criaram também sindicatos e clubes políticos, como o Comitê das Mulheres de Monitoramento, o Clube da Revolução Social e a União das Mulheres Para a Defesa de Paris.

Na Comuna, pela primeira vez, cerca de três mil mulheres trabalhavam nas fábricas de armas e munições, construíram barricadas e recolheram as armas dos mortos para continuar lutando e formaram um batalhão feminino da Guarda Nacional, composto por 120 mulheres que lutaram nas barricadas de Paris durante a última semana de resistência da Comuna, quando todos morreram em combate.

Eram trabalhadoras, mulheres de bairros pobres, pequenas comerciantes, professoras, prostitutas e "suburbanas". Estas mulheres organizaram clubes revolucionários, como o Comitê de Vigilância das Cidadãs e a União das Mulheres para a Defesa de Paris, assim como haviam feito antes das mulheres na Revolução Francesa de 1789. Mas, ao contrário das mulheres que participaram da Grande Revolução, desta vez, as que assim quiseram contaram com as armas que os proletários parisienses não as negaram empunhar, como as haviam impedido os revolucionários burgueses. (D'atri, 2011).

Em abril, Elizabeth Dmitrieff, representante da Primeira Internacional foi enviada a Paris, iniciando comitês de mulheres em todos os distritos, formando assim a União das Mulheres Para a Defesa de Paris, organização através da qual organizavam numerosas assembleias públicas, forneciam alimentos e atendiam os feridos. Todas as parisienses que pudessem lutar foram solicitadas a apoiar a luta dos seus maridos e irmãos e também a pegar em armas.

Sua atuação, entretanto, não se restringiu somente às manifestações nas ruas e às batalhas atrás das barricadas – vale lembrar que, além da assistência aos feridos e à alimentação e rearmamento das tropas, foi mobilizado também um batalhão constituído somente por mulheres. A atuação das mulheres não se restringiu, portanto, somente aos aspectos secundários da Comuna, mas foi efetiva também no nível político e organizacional, ou seja, nas assembleias públicas, nos clubes políticos e associações (entre elas havia vários constituídos especificamente por mulheres, como a *União de Mulheres para a Defesa de Paris*, o *Clube da Revolução Social* e o *Comitê de Mulheres para a Vigilância*), nas câmaras sindicais, etc. Um dado que expressa muito eloqüentemente a participação das mulheres na Comuna de Paris é o número delas submetidas aos conselhos de guerra, após o esmagamento da Comuna: ao todo, 1.051 mulheres foram julgadas como revolucionárias (COSTA, 2012). Entre as realizações político-sociais da Comuna estava justamente a igualdade de direitos entre homens e mulheres, uma vitória efetiva e diretamente relacionada com a atuação das mulheres na construção da República Social. Embora várias mulheres podem e devem ser destacadas como de importância fundamental no desenvolvimento do movimento em 1871 (Elizabeth

Dmitrieff, André Léo, Beatriz Excoffon, Sophie Poirier, Anna Jaclard, Marie-Catherine Rigissart, Nathalie Lemel, Aline Jacquier, Marcelle Tinayre, Otavine Tardif, Blanche Lefebvre, e muitas outras), focamos nossa análise sobre a história de Louise Michel, não apenas por figurar entre as protagonistas mais centrais das mulheres comunardas, mas também por ter se tornado um símbolo vivo da bravura feminina na luta dos trabalhadores contra as classes dominantes (MENDES, 2011a; 2011b).

Louise Michel

Não podemos matar as idéias a tiros de canhão nem tão pouco algemá-las. O fim apressa-se tanto mais quanto o verdadeiro ideal surge, belo e poderoso, superior a todas as ficções que o precederam. (MICHEL, 1971, p. 8).

Várias mulheres se destacaram dentro do Clube da Revolução, mas talvez nenhuma delas tenha assumido uma representação simbólica maior do que Louise Michel. Filha de empregada doméstica ou serviçal parisiense, nascida em 1830, foi educada pelo senhorio de sua mãe, tornando-se assim professora humanista. Para a sua época, a educação profissional era difícil de aceitar e, além disso, criou orfanatos laicos. Isso procedeu, pois, na sua formatura, ela se negou a declarar lealdade ao Império (Napoleão III) e foi coagida a edificar uma escola para poder ensinar, se tornando assim antibonapartista.

Muito desiludida com a forma do governo atual, Louise motiva-se a lutar pela instauração da República (isso antes de conhecer as idéias anarquistas). Durante dois meses dedicou-se à luta armada. No decorrer da Comuna de Paris, ela realizará várias atividades, começando pelo papel de enfermeira cuidando dos feridos nas barricadas; mais tarde, durante os combates de Paris, ela passa a combater vestindo a farda da guarda nacional – para época era insólito, pois isso era função exclusiva dos homens. A ala mais radical da revolução era a dos anarquistas, que acham importante investir até Versalhes com a intenção de dissolver o governo de Adolphe Thiers. Michel une-se com os anarquistas e se dispõe a ir até Versalhes e a assassinar Thiers.

Louise Michel considerava o armistício uma traição. Nos meses que antecederam a votação da Comuna, muitas mulheres se reuniam em clubes, no qual ela tinha papel fundamental, formada por membros saídos dos subdistritos. Louise Michel, relata em uma de suas cartas escritas a Victor Hugo, no calor dos acontecimentos:

Eu desci do monte, com a minha espingarda sob o casaco, gritando: Traição! Nós pensávamos morrer pela liberdade. Nós sentíamos como se nossos pés não tocassem o chão. Se morrêssemos, Paris haveria se erguido. De repente, vi minha mãe perto de mim e eu senti uma terrível ansiedade, inquieta, tinha chegado, e todas as mulheres estavam lá. Interpondo-se entre nós e os militares, as mulheres lançaram-se sobre os canhões e metralhadoras, os soldados permaneceram imóveis. A revolução estava feita.

Uma vez reconquistada a paz, não se tratava para nós de criar uma república guerreira e agressiva para os outros, mas de instituir a Internacional pelo mundo inteiro sob o ardente impulso das idéias sociais" (MICHEL, 1971, p. 78).

E ainda:

"O governo, jurando sempre que jamais se entregaria, tentou silenciar as reuniões particulares, as câmaras federais, os clubes; então tudo se tornou clube, a rua fez-se tribuna, as próprias calçadas se amotinavam" (Michel, 1971, p. 112).

Michel escapou da morte nas ruas de Paris, foi presa e levada a julgamento. Defendeu os comunardos e a República Social diante de seus algozes, e sua bravura expressou-se com toda eloquência quando reivindicou a sentença de morte, fim que haviam levado milhares de companheiros seus. Foi deportada, mas retornou à França vários anos depois, e nunca cessou sua militância política, sendo presa outras vezes por participar e incitar manifestações e revoltas. Diante dos juízos, ela disse:

"Eu pertenço inteiramente à Revolução Social. Declaro aceitar a responsabilidade por minhas ações. Devo ser excluída da sociedade e os digo a vocês para fazerem isso. Uma vez que, aparentemente, todo coração que bate por liberdade tem direito a um pouco de chumbo, exijo minha parte! Se você me deixar viver, não deixei de clamar por vingança e denunciar, em vingança dos meus irmãos, os assassinos do Comitê das Graças ". PÃO E ROSAS - LER-QI. A participação das mulheres na Comuna de Paris. Disponível em: <http://nucleopaoerosas.blogspot.com.br/2011/05/participacao-das-mulheres-na-comuna-de.html> Acesso em: 04 de maio de 2011

Louise Michel nos deixou muitos relatos sobre os acontecimentos no decorrer dos dias da Comuna. Para ela, a Comuna não era somente uma forma de resistir à ocupação prussiana, mas era principalmente o momento para construir uma sociedade livre e igual para todos.

Ainda durante o reinado de Napoleão III, Michel era professora e encontrava-se numa situação de penúria e sem perspectivas. Para ela, era uma contradição o fato de que o capitalismo grassava a olhos vistos na França enquanto a larga maioria do povo permanecia na miséria.

O pão está caro, o dinheiro é raro
Hausman faz subir as rendas,
O governo mostra-se avarento,
só os denunciante tem boa mesada!
Cansado de tão longo jejum
que pesa sobre o povinho
já é tempo, sim senhor,
dele tomar o freio nos dentes!
Dancemos a Bonaparte!
Não é a nós que nos presentamos,
Dancemos a Bonaparte!
Ainda havemos de meter na carta
o chilindró!
(MICHEL, 1971, p. 15)

Com as dificuldades sociais em Paris cada vez mais evidentes, levaram Louise a reafirmar a idéia de que o império era incapaz de dar conta. Aproximando-se de grupos republicanos, ela passou a notar coisas abusivas, tais como aumento de impostos, a miséria e a guerra franco-prussiana. Esperançosa pela sublevação da população trabalhadora de Paris, Louise disse: "Amigos, temos a República. O passado sombrio vai acabar. De pé, todos, a hora é heróica. Forte é aquele que sabe morrer" (MICHEL, 1971, p. 78).

A repressão contra a população só aumentava, excitando assim os protestos públicos, muitos manifestantes foram presos, e a violência por parte do governo imperial cada vez mais intensa contra a população que tomava as ruas. Louise sempre presente nos protestos, já como membro republicano da Internacional dos Trabalhadores.

Àqueles que querem continuar a ser escravos:

já que o povo quer que a águia imperial
continue a planar sobre a sua abjecção.
Já que ele continua a dormir, esmagado pelas frias
ruínas da eterna opressão;
Já que todos eles, os que são delegados
estendem o pescoço submisso ao carrasco,
o melhor, amigos, é largar o cutelo
e acabar de uma vez com o covarde rebanho!
Um só vale mil quando dá a vida,
e diz adeus a todos de uma vez para sempre
um por um, iremos, com uma audácia terrível,
porque temos conosco o ferro e o fogo!
Basta de cobardes, os cobardes são traidores;
a multidão vil, come, bebe e dorme:
se quiseres ficar, fica a lamber os senhores.
Não te chegam já os mortos que tens?
O sangue dos teus filhos faz vermelho o chão
dorme sobre os ossos junto aos muros surdos.
Dorme, enquanto, abelha por abelha,
cresce o heroico enxame das gentes populares!
Montmartre, Belleville, ó legiões valentes.
Vinde, vinde todas, a hora já chegou.
De pé! A vergonha pesa e pesam as cadeias,
De pé! Como é belo morrer!
(MICHEL, 1971, p. 17 e 18)

Michel acreditava que a Comuna ou República Social constituiria uma forma pacífica de organização social, baseada na socialização da produção e da igualdade entre seus cidadãos.

"Uma vez reconquistada a paz, não se tratava para nós de criar uma república guerreira e agressiva para os outros, mas de instituir a Internacional pelo mundo inteiro sob o ardente impulso das idéias sociais" (Michel, 1971, p. 78).

Foi justamente no processo do fim do governo que Michel se aproximou mais dos ideais anarquistas e justamente nos dias da Comuna foi onde ela defendeu de maneira plena, até o fim de sua vida. Dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores, ela teve contato não só com anarquistas, mas também com os coletivistas, comunistas etc.

Para a maioria dos libertários, a organização federal expressava e acreditava na revolução social e organização da sociedade livre. Era mais ou menos a forma como os anarquistas viam a constituição de uma sociedade, junto com a derrubada do Estado e a destruição das classes sociais, norteadas pelo princípio da autogestão e sem hierarquia. Fortemente influenciada pelas idéias anarquistas, Michel luta pela

Comuna, em busca de um ideal de sociedade.

Considerações Finais

A Comuna de Paris constitui o primeiro exemplo concreto na história de uma revolução proletária exitosa, e a primeira experiência da constituição de um Estado proletário. Foi uma revolução efetivamente proletária, embora espontânea e desencadeada em função de eventos históricos externos.

Portanto, como tentamos deixar claro, o papel e o peso das mulheres, no que se refere aos acontecimentos históricos que constituíram a Comuna de Paris, foram não apenas significativos, mas sobretudo de fundamental importância. A questão que se coloca diante desta constatação é justamente o fato de que, no âmbito da análise teórica, a tal importância não foi dada o justo relevo e atenção. Isto fica bastante claro pela relativa escassez bibliográfica acerca das mulheres comunardas. Pretendemos aqui, modestamente, preencher uma pequena parcela desta lacuna.

Através da análise e sistematização da bibliografia encontrada a respeito do problema levantado pela nossa pesquisa, foi possível constatar o peso enorme que as mulheres exerceram sobre os fatos que constituíram a Comuna de Paris. Tratava-se de mulheres de todas as categorias profissionais (incluídas aí donas de casa), embora todas elas pertencentes às classes trabalhadoras e populares, que deram sua vida pela República Social instituída pela Comuna de Paris. Essas mulheres desempenharam funções de significativa importância, tanto nos combates com as tropas legalistas do governo Thiers, assistindo os combatentes homens e também lutando efetivamente nas barricadas, quanto nas organizações políticas e administrativas de diversas camadas e grupos sociais, bem como também através da criação de associações exclusivamente femininas. Todos os relatos disponíveis da época dão conta da bravura, abnegação e humanidade com que as mulheres tomaram parte da luta contra as tropas da ordem burguesa, sejam elas alemãs ou propriamente francesas.

As conquistas obtidas pelas mulheres através da destruição do antigo Estado herdado do Segundo Império, e da construção em seu lugar de um esboço de Estado socialista, ao qual Marx se referiu como o "governo operário" e Engels

qualificou como a própria expressão da "ditadura do proletariado"; tais conquistas, como o reconhecimento da união matrimonial de fato, a equiparação de salários, etc., expressam perfeitamente bem a participação das mulheres nos debates e nas organizações que construíram a República Social. Esta experiência foi, portanto, a primeira tentativa histórica de subscrever e garantir os direitos das mulheres em relação aos dos homens, muitas décadas antes que tais direitos fossem subscritos pelos Estados burgueses ditos "de direito" e "democrático-liberais".

Se fizer sentido observarmos que até o momento pouco se tem investigado sobre o papel das mulheres no processo revolucionário de 1871, sobretudo nos meios acadêmicos, cabe aos pesquisadores das áreas de ciência política, sociologia, história, antropologia etc. investigarem mais a fundo as conseqüências e os significados da participação feminina naquele episódio.

Bibliografia

BARSAOTTI, P. "Estamos aqui pela humanidade!" Viva a Comuna de Paris de 1871. In: **Lutas Sociais**, nº 8, junho de 2002.

BOITO JR., A. Comuna republicana ou comuna operária. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 118, pp.10-15, março de 2011.

COSTA, Silvio. Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto. São Paulo / Goiânia : Anita Garibaldi / Universidade Católica de Goiás, 1998.

Ed. Horizonte, 2005.

ENGELS, F. introdução a "Guerra Civil na França". In: Marx, K.; Engels, F. São Paulo: Alfa-ômega, 1977. v. 1.

MACHADO, E. Comuna de Paris, "partidos" e "movimentos". *Lutas Sociais*, nº 25/26, dez/2010/jun.2011.

MENDES, S. C. A Comuna de Paris segundo Louise Michel. In: **Revista Espaço**

Acadêmico, nº 118, pp.37-45, março de 2011a.

MENDES, S. C. Louise Michel e a Comuna de Paris (1871). In: **História Revista**, Goiânia, v. 16, nº 2, pp.69-89, jul-dez de 2011b.

Michel, L. Cartas a Victor Hugo. Tradução de Ana Paula Castellani. Vinhedo, SP:

VIANNA, N. O significado político da Comuna de Paris. In: **Em Debate**, Florianópolis, nº 6, pp.60-82, jul-dez, 2011.